



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 7.234, DE 2014 **(Do Sr. Átila Lins)**

Dispõe sobre a emissão e validade do Passaporte Comum.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL 5.033/2013. REVEJO, POR OPORTUNO, O DESPACHO DO PL 5.033/13, PARA DETERMINAR QUE A CCJC SE MANIFESTE QUANTO AO MÉRITO DA MATÉRIA.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Passaporte Comum, requerido nos termos do regulamento, será concedido a todo brasileiro que pretenda realizar viagem internacional, salvo nos casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais terá validade de dez anos.

Art. 2º O Passaporte Comum será emitido pelo Ministério da Justiça nos termos do regulamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem como objetivo regulamentar o prazo de validade do Passaporte Comum de 05 (cinco) para 10 (dez) anos. O art. 38 do Decreto nº 5.978 de 2006 versa que os passaportes diplomático, oficial, comum e a carteira de matrícula consular terão prazo máximo e improrrogável de cinco anos. Desta forma, em muitos casos, fica impraticável a manutenção deste prazo de cinco anos, tendo em vista que alguns países, como os Estados Unidos, emitem vistos com prazo de dez anos, ficando o visto com vigência superior ao passaporte. O projeto, ainda confere legalidade ao tema, refletindo maior segurança jurídica.

A Presidência da República no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição regulou a emissão por meio do Decreto nº 5.978 de 04 de dezembro de 2006. O instrumento utilizado para elaboração deste regulamento atende perfeitamente o texto constitucional. Contudo, no que se refere ao passaporte comum é importante que, por meio de lei, seja estipulado prazo de 10 anos já que o passaporte comum abrange um número maior de usuários. Trata-se de um tema que precisa da conjugação de vontades, tanto do Legislativo (discussão e votação) como do Executivo (sanção ou veto).

Pelo princípio da razoabilidade e da eficiência na administração pública faz-se necessário ampliar este prazo, preferencialmente, para dez anos, pois o poder econômico tem possibilitado a elevação do número de brasileiros em viagens ao exterior. Essa mudança tornaria a sistemática da emissão de passaporte mais eficaz e, sobretudo, menos oneroso ao cidadão que atualmente desembolsa R\$ 156,07 para emitir seu passaporte.

Nestes termos, conto com a sensibilidade dos nobres pares para tornar este processo mais eficiente e menos oneroso ao cidadão.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2014.

Deputado Átila Lins
PSD/AM

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

.....

CAPÍTULO II
DO PODER EXECUTIVO

.....

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI – dispor, mediante decreto, sobre: [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)*](#)
 - a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; [*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)*](#)
 - b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; [*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)*](#)
- VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X - decretar e executar a intervenção federal;

XI - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; ([*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999*](#))

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Seção III

Da Responsabilidade do Presidente da República

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a segurança interna do País;
- V - a probidade na administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

.....

.....

DECRETO Nº 5.978, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2006

Dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996, que instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996, passa a vigorar nos termos do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
